

Realização:



**Seminário de Ações
Descentralizadas na
Educação Básica:**
Construindo o desenvolvimento do país

Apoio:



FEDERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA COLABORATIVA

FERNANDO LUIZ ABRUCIO

Realização:



**Seminário de Ações
Descentralizadas na
Educação Básica:**
Construindo o desenvolvimento do país

Apoio:





Realização:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E UM NOVO DESENHO DE FEDERALISMO EDUCACIONAL

MUDANÇA AMPLA DO MODELO DE EDUCAÇÃO –
CONSTRUÇÃO DE UM WELFARE AMPLO BASEADO EM
DIREITOS E NA GESTÃO FEDERATIVA
UMA REVOLUÇÃO FRENTE A UM LEGADO EXTREMAMENTE
NEGATIVO E A UM PAÍS MUITO HETEROGÊNEO E DESIGUAL

SÍNTESE DO NOVO MODELO INSTITUCIONAL DO
FEDERALISMO EDUCACIONAL: COMBINAÇÃO DE
COORDENAÇÃO/COOPERAÇÃO FEDERATIVA COM
DESCENTRALIZAÇÃO, COM O OBJETIVO DE INTEGRAR E
EQUILIBRAR A RELAÇÃO DOS ENTES FEDERATIVOS FRENTE
ÀS DESIGUALDADES TERRITORIAIS

REGIME DE COLABORAÇÃO: IDEIA REGULADORA E AINDA
INACABADA DO FEDERALISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Seminário de Ações
Descentralizadas na
Educação Básica:
Construindo o desenvolvimento do país

Seminário de Ações
Descentralizadas na
Educação Básica:
Construindo o desenvolvimento do país





Realização:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



- REDESENHO DOS PAPÉIS DOS ENTES FEDERATIVOS:
- GOVERNO FEDERAL: REFORÇO DAS POLÍTICAS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: REGULAÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO, APOIO E INDUÇÃO – EXEMPLOS DE POLÍTICAS
- GOVERNOS ESTADUAIS: DESAFIO DE COMBINAR O PAPEL DE EXECUTOR (COM CRESCIMENTO DA OFERTA ESPECIALMENTE NO ENSINO MÉDIO) COM O DE COORDENADOR – TAREFA EM CONSTRUÇÃO
- GOVERNOS MUNICIPAIS: EXPANSÃO INÉDITA DA MUNICIPALIZAÇÃO, COM GRANDE PAPEL NA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – MAS NUM CONTEXTO DE GRANDE DESIGUALDADE (ESPECIALMENTE DE CAPACIDADES ESTATAIS)



AVANÇOS E LIMITES NA GOVERNANÇA DO FEDERALISMO EDUCACIONAL

- AVANÇOS: CRIAÇÃO DE LÓGICAS SISTÊMICAS E DE COMPARTILHAMENTO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS, BUSCANDO REDUZIR DESIGUALDADES E MELHORAR O DESEMPENHO DA POLÍTICA EDUCACIONAL
- REFORMAS E POLÍTICAS BEM-SUCEDIDAS E SEUS LIMITES
- 1) FINANCIAMENTO (DO FUNDEF AO NOVO FUNDEB): COMPARTILHAMENTO, REDISTRIBUIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES ESTATAIS (NAS ESCOLAS E NAS REDES);
- 2) DEFINIÇÃO DE METAS FEDERATIVAS POR REGULAÇÃO OU AVALIAÇÃO: O PAPEL DO IDEB E DO PNE

AVANÇOS E LIMITES NA GOVERNANÇA DO FEDERALISMO EDUCACIONAL

- 3) FORMAS DE INDUÇÃO FEDERAIS: PROGRAMAS DE APOIO AOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, BUSCANDO REDUZIR DESIGUALDADES E CRIAR CAPACIDADES ESTATAIS (CASOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DO PAR);
- 4) EQUILÍBRIO E ADVOCACY FEDERATIVOS: OS PAPÉIS DA UNDIME E DO CONSED, MAS AINDA SEM FÓRUMS FEDERATIVOS INSTITUCIONALIZADOS
- 5) EXPERIÊNCIAS ESTADUAIS DE COLABORAÇÃO: A DISSEMINAÇÃO DA PROPOSTA CEARENSE E O CASO RECENTE DO COMPROMISSO PELA ALFABETIZAÇÃO

AVANÇOS E LIMITES NA GOVERNANÇA DO FEDERALISMO EDUCACIONAL

- 6) EXPERIÊNCIAS LOCAIS DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL, COM CONSÓRCIOS E ARRANJOS DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO: BONS RESULTADOS, MAS MUITO EMBRIONÁRIA E COM POUCA ESCALA
- 7) PARCERIAS DE GOVERNANÇA MULTINÍVEL: MAIOR INTEGRAÇÃO COM ATORES SOCIAIS (UNIVERSIDADES, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR), MAS NUMA ESCALA E INTENSIDADE AINDA INSUFICIENTES
- É PRECISO FORTALECER A GOVERNANÇA COLABORATIVA 360 GRAUS NO BRASIL, A PARTIR DO FEDERALISMO E TAMBÉM DENTRO DO SISTEMA EDUCACIONAL, NA INTERSETORIALIDADE, NA RELAÇÃO COM OUTROS PODERES E COM A COMUNIDADE/SOCIEDADE

DESAFIOS DO FEDERALISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO: POR UMA GOVERNANÇA COLABORATIVA

- PRINCIPAIS DESAFIOS
- 1) CRIAÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DOS FÓRUMS FEDERATIVOS, DA CONSTRUÇÃO CONJUNTA DE APRENDIZADOS E DE POLÍTICAS DE LONGO PRAZO PACTUADAS (ESSÊNCIA DO FEDERALISMO)
- 2) MELHORIA DOS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO FEDERATIVA, COM APOIO E INDUÇÕES FEDERAIS, LEVANDO MAIS EM CONTA A HETEROGENEIDADE E DESIGUALDADE TERRITORIAL DO PAÍS, BEM COMO MEDIDAS DE AVALIAÇÃO DE CAPACIDADES ESTATAIS LOCAIS

DESAFIOS DO FEDERALISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO: POR UMA GOVERNANÇA COLABORATIVA

- 3) FORTALECIMENTO DA COLABORAÇÃO ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS: GOVERNANÇA CONJUNTA E MODELO DE GESTÃO TERRITORIALIZADA, ESPECIALMENTE PARA TEMÁTICAS EM QUE HÁ MAIORES DIFICULDADES E HETEROGENEIDADES MUNICIPAIS
- 4) MAIOR ESTÍMULO E APOIO À COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL: SEM REGIONALIDADE, OS MUNICÍPIOS NÃO CONSEGUIRAM DAR CONTA DE TODAS AS SUAS TAREFAS
- 5) AUMENTO DAS CAPACIDADES ESTATAIS LOCAIS, PARA QUE OS MUNICÍPIOS SEJAM EFETIVAMENTE AUTÔNOMOS E MELHOREM SEU DESEMPENHO

DESAFIOS DO FEDERALISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO: POR UMA GOVERNANÇA COLABORATIVA

- 6) GOVERNANÇA INTERSETORIAL: FUNDAMENTAL PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO UM TODO, ESPECIALMENTE NAS FASES DA PRIMEIRA INFÂNCIA E DO ENSINO MÉDIO
- 7) FORTALECIMENTO DA ESCOLAS COMO LUGAR DE COLABORAÇÃO
- 8) PARCERIAS EXTRAGOVERNAMENTAIS COM OUTROS PODERES E COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE

CONCLUSÃO:

COMO OS TRIBUNAIS DE CONTAS PODEM PARTICIPAR DA GOVERNANÇA COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

- 1) ARTICULAÇÃO MAIOR COM OS MUNICÍPIOS E INCENTIVO À PARCERIA INTERMUNICIPAL
- 2) INTEGRAÇÃO COM POLÍTICAS COLABORATIVAS DO GOVERNO ESTADUAL JUNTO AOS MUNICÍPIOS
- 3) NOVO MODELO DE CONTROLE: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS COMO MECANISMO DE CRIAÇÃO DE PARÂMETROS E CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES DE GESTÃO
- 4) EIXOS TEMÁTICOS MAIS IMPORTANTES
- 5) PREOCUPAÇÃO COM DESIGUALDADES TERRITORIAIS